



Editorial 2

Avaliação: Discursos Infundados, Resultados Tristemente Esperados....

Como bem nos ensinou Paulo Freire, em um de seus livros¹,

[...] não é possível praticar sem avaliar a prática. Avaliar a prática é analisar o que se faz, comparando os resultados obtidos com as finalidades que procuramos alcançar com a prática. A avaliação da prática revela acertos, erros e imprecisões. A avaliação corrige a prática, melhora a prática, aumenta a nossa eficiência. O trabalho de avaliar a prática jamais deixa de acompanhá-la. (p. 47).

Comparada com as demais linhas de pesquisa, a que se refere à Avaliação, sem dúvida, ainda é insuficiente frente aos desafios que nos são colocados pela dinâmica escolar e pelas políticas públicas. Detendo-me nos discursos recorrentemente utilizados por instâncias governamentais, na busca de validação de ações associadas a políticas públicas, destaco aqui aqueles vinculados a supostas indicações decorrentes dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Entendo que a divulgação anual de resultados nas provas do Enem tem trazido danos profundos e irreparáveis às escolas de todo o país, por ser recorrentemente feita de modo absolutamente equivocado e desastroso. O equívoco refere-se basicamente a uma incongruência estrutural do Exame, contida entre os objetivos preconizados por meio da Portaria N.º 109, de 27 de maio de 2009. Trata-se especificamente do item VI, que explicita ser um dos objetivos do Enem “promover avaliação do desempenho acadêmico das escolas de ensino médio, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global”. Pergunto: “desempenho acadêmico **das** escolas de ensino médio”?! Como um exame **individual** e **voluntário** pode ser utilizado para avaliar o “desempenho acadêmico” de uma instituição escolar? A resposta é simples, de clareza absoluta: **não pode**, não deveria ser divulgado um “resultado global”, exatamente por ser resultado individual e voluntário! E por que o caracterizo como desastroso? Por que expõe escolas e professores a “análises comparativas” que se tornam destrutivamente vexatórias. Tais “análises” não se sustentam argumentativamente, a não ser na ignorância de quem desconhece o que sejam avaliação institucional, de sistema, entre outras, e até a própria avaliação de sala de aula, quando a elas comparada.

¹A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados-Cortez, 1989.

Para se proceder a uma avaliação institucional, que permitiria concluir por uma efetividade ou não no cumprimento de sua função social, certamente seria necessário um tratamento específico exigido. Para tanto, indicadores vários seriam requisitados, desde os relativos à estrutura física, passando pelos concernentes ao perfil do corpo de servidores administrativos e docentes, até aqueles correspondentes aos recursos disponibilizados aos estudantes, atentando-se para o Projeto Político-Pedagógico e para as ações curriculares desenvolvidas.

O problema se intensifica, de modo aterrador, quando se pretende avaliar o Sistema de Ensino Médio a partir dos resultados divulgados, repito, individuais e voluntários tão somente. Para que tal pudesse efetivamente ocorrer, com vistas a subsidiar políticas públicas na área educacional, indicadores próprios deveriam ser gerados, o que obviamente não se resume a resultados como os do Enem.

É nefasta a iniciativa do Ministério da Educação em divulgar, anualmente, um resultado que supostamente se refere a instituições escolares, gera um “*ranking*” enganoso de escolas, como se fosse possível comparar projetos pedagógicos e instituições, utilizando unicamente o desempenho individual de estudantes que se dispuseram voluntariamente a participar do Enem. O mais lamentável é constatar que o suposto *ranking* é sempre “respaldado” por muitos considerados especialistas da Academia, que acabam por ratificar mitos preconceituosos que têm interesse claro para um segmento do “mercado educacional”. Lamentável como a irresponsabilidade oficial destrói, de modo irreversível, a crença e a mobilização de professores comprometidos em prol de outros segmentos, os historicamente excluídos *a priori*. Ao não contestar o poder classificatório-institucional do Enem, tais especialistas validam “cientificamente” o que não tem qualquer validação, sob qualquer ponto de vista teórico. Ao não distinguir a diferença entre avaliação de sistema, avaliação institucional e avaliação individual, caso estrito do Enem, “oficializam” o equívoco, repetido ano a ano.

No momento em que se tenta aprovar uma suposta “Reforma” do Ensino Médio, por meio de uma Medida Provisória, instrumento ilegítimo para se alterarem dispositivos da LDB vigente, muitos neófitos da imprensa, utilizados como avalistas pelo próprio MEC, utilizam-se dos resultados do Enem para sustentar que são indicadores definitivos da necessária aprovação da nefasta MP, por supostamente ratificarem avaliativamente a falência do Ensino Médio brasileiro.

É de causar indignação tentativas de dar um *status* científico-estatístico a uma avaliação que não apresenta os requisitos elementares para o que se propõe a fazer, divulgando-se resultados inexistentes, com cerimônia propagada de modo a gerar danos irreversíveis para as escolas do país, em especial as públicas. Até quando se defenderá um desejo de valorizar a escola, os professores, enfim, a Educação, neste país, cometendo desatinos dessa ordem,

especialmente por meio de quem deveria zelar, institucionalmente, caso do MEC/Inep, para que tal desejo fosse devidamente alcançado?...

Penso que cabe a nós, da Academia, fazer o que nos compete, fundamentando-nos e, na medida do possível, esclarecendo a mídia neófito e nem sempre bem-intencionada a esclarecer a sociedade, em defesa do efetivo compromisso com a Educação do país!

Prof. Ricardo Gauche²
Universidade de Brasília (UnB)

² Universidade de Brasília (UnB) – Instituto de Química (IQ) – Divisão de Ensino de Química – DEQ-IQ/UnB – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (Mestrado Profissional-PPGEC/UnB) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (Doutorado-PPGEduC/UnB) – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Avaliação no Ensino de Ciências – NAvEC/UnB. E-mail: ricardogauche@gmail.com.